

## **O Brasil na cena literária dos países africanos de língua portuguesa**

Rita Chaves

Universidade de São Paulo – USP

O inventário das relações entre o Brasil e o continente africano é um capítulo ainda a ser escrito em nossas histórias. Pela natureza do processo, pelas lacunas deixadas, pelos traumas provocados em séculos de laços tão confusamente atados, o tema ainda hoje suscita paixões e mexe com sensibilidades muito acesas, o que, traduzindo a dificuldade da abordagem, confirma a urgência de algumas tentativas. Nos campos da economia, da sociologia, da antropologia e da história, felizmente, vão se acumulando os estudos, com os resultados a reiterar a força das trocas no passado e a firmeza da herança no presente de muitos povos. No domínio cultural, as marcas africanas aqui são visíveis e justificam o interesse já manifesto nas pesquisas realizadas, no interior da academia ou fora dela, no exercício militante de diversos grupos ou individualidades.

O lançamento de livros como *Os agudás*, de Milton Gurán e de *Diálogos brasileiros - uma análise da obra de Roger Bastide*, de Fernanda Peixoto, editados no ano 2000 (pela nova Fronteira e pela EDUSP; respectivamente), demonstra a vivacidade do assunto e a oportunidade da discussão. Ambos os trabalhos apresentam elementos confirmadores da presença do Brasil em países africanos, sobretudo no Benin e na Nigéria. A leitura de obras literárias dos países africanos de língua portuguesa e o contato, seja pessoalmente, seja através de entrevistas com escritores desses países, permite perceber outra dimensão dessas relações que explicam, entre outras coisas, a realização de um encontro como esse. Trata-se da projeção do Brasil, em imagens diferenciadas, na formação do pensamento nacionalista de países como Angola, Cabo Verde e Moçambique. Principalmente através da literatura, mas não só, a cultura brasileira desempenhou um forte papel no processo de conscientização de muitos setores da intelectualidade africana, fornecendo parâmetros que se contrapunham ao modelo lusitano.

Ex-colônia portuguesa, liberta desde as primeiras décadas do século XIX, o Brasil, cujo desenvolvimento havia contado com tantos africanos, oferecia-se como uma referência importante no debate sobre as mudanças a serem implementadas nos vários territórios ocupados por Portugal. Aos olhos dos angolanos, dos caboverdianos e dos moçambicanos, o Brasil emergia como um espaço onde se projetavam os sonhos de uma sociedade marcada pelas limitações marcantes no quadro de exclusão da realidade colonial. Principalmente entre os anos 40 e a década de 50, quando reforçou-se a contestação da dominação colonial, o roteiro de construção da identidade cultural incorporou sugestões associadas a um universo que evocando aspectos de uma história comum apontava para a possibilidade de um presente mais alentador.

Como decorrência da circulação de idéias e informação ou apoiados simplesmente no plano das sugestões ditadas pela afetividade, setores intelectualizados ou segmentos populares buscavam no Brasil traços de inspiração e/ou elementos de compensação para as insuficiências do cotidiano. Fermentadas pela distância, as imagens se multiplicavam no imaginário e muitas faces eram incorporadas e reinventadas num processo que acabaria por

apresentar resultados muito diversos. Não raro, erguia-se a fisionomia de um lugar ameno, beirando o paradisíaco, quase sempre poderoso na capacidade de potencializar aquilo que esses territórios reuniam como força adormecida. Sob o signo da paixão, por exemplo, Ernesto Lara Filho, declara a energia de sua ligação, o que ficará patente nas páginas de suas brilhantes crônicas. Numa delas, o verbo é enfático :

*“Sou uma espécie de brasileiro. Um angolano, nascido em Benguela, filho de pai minhoto. Um português de Angola, que conhece melhor Erico Veríssimo, José Lins do Rego e Graciliano Ramos do que Eça de Queiroz e Aquilino Ribeiro.*

*Sou um angolano capaz de sentir o Brasil, capaz de recitar de cor um poema de Manuel Bandeira, capaz de sambar com intenção ao som de uma marchinha de Luiz Gonzaga, ouvindo o bater ritmado dum tambor com acompanhamento de reco-reco. O mesmo reco-reco que foi exportado no bojo das caravelas com os escravos de Angola. Sou capaz de entender tão bem uma noite de luar, uma noite de batuque, como Catulo da Paixão Cearense.*

.....  
*Amo o Brasil. Um amor que não tem explicação. Aliás, em amor, nada se pode explicar. É uma paixão de branco pela mulata do engenho. É uma paixão de negra pelo branco do roçado.” (p.61-2)*

É fato que amor não se explica, mas quando esse sentimento aparece coletivizado, como um dado unificador num universo de muitas fissuras e assimetrias, vale a pena pensar nos elementos que presidem a escolha do objeto de uma paixão dessa natureza. Se deixarmos por uns tempos o sabor poético da crônica e partirmos para o discurso histórico, vamos encontrar outras bases para essa ligação, pois o tráfico de gente gerou um trânsito excepcional entre os dois lados. O milho, a mandioca, a banana, o abacaxi e a poderosa cachaça, entre muitos outros produtos, compunham a bagagem dos navios negreiros, contribuindo para a consolidação de um palpável universo de convergências. Com os produtos, viajavam procedimentos, hábitos, formas de estar no mundo. Em *O trato dos viventes*, Luís Felipe de Alencastro explicita a dimensão desse comércio que intervinha na organização econômica, repercutindo intensamente na ordem sócio-político-cultural das duas margens. A análise do fenômeno não deixa dúvida : fomos, durante muitos séculos, parte integrante de um sistema. Não poderia ficar sem consequência essa comunhão de muitas experiências que nem mesmo a distância verificada no presente chega a apagar. Em síntese, o reco - reco, referenciado por Ernesto Lara Filho, pode ser visto como uma metonímia de um extraordinário sistema de trocas que mobilizou o sul do Oceano Atlântico.

O sentimento expresso na crônica de 1960 era partilhado nas duas costas africanas, com firme passagem pelo Arquipélago de Cabo Verde. Por cima das enormes diferenças que caracterizavam os territórios por onde se espalhou o colonialismo português, as diversas formas de representação do Brasil surgiam compondo um eixo que seria expressivo no projeto de transformação a ser desencadeado nos vários pontos. Um olhar atento sobre os anos que se seguiram ao fim da Segunda Grande Guerra ajuda-nos a compreender essa relação na sua funcionalidade, ou seja, permite-nos avaliar alguns aspectos que orientavam

aquelas sociedades para essa projeção. E vamos encontrar pontos de apoio nos debates sobre a questão da identidade nacional que ganhava corpo naquele agitado período.

Quem conhece minimamente as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pode reconhecer em *Mensagem*, *O Brado Africano*, *Certeza* e, mesmo, *Claridade* signos de uma postura estética que não minimizava a dimensão ética de uma ação cultural votada à mudança. Aprendemos ali que, antecipando outras formas de luta, a atividade literária inseria-se na discussão da nacionalidade. A emergência de um sentimento nativista, com ênfase na descoberta e valorização dos chamados “bens de raiz”, situava-se entre as operações que visavam dotar os futuros países de uma base em que as pessoas, separadas por fundas diferenças, pudessem encontrar uma plataforma comum. Convictos, como bem argumenta Stuart Hall, de que “*a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural*” (p. 49), os africanos sentiam a necessidade de estabelecer pontos que permitissem uma identificação.

A relação entre o conceito de Estado Nacional e os valores da modernidade, nós sabemos, constituiu um tópico importante nas formulações sobre o nacionalismo e a necessidade de independência nos vários pontos do continente africano. Segundo Basil Davidson, teria sido útil que os africanos empenhados na luta anticolonial tivessem percebido as armadilhas das campanhas nacionalistas na Europa, no entanto “*a compartimentalização cultural do Imperialismo foi de tal ordem que se partilhou muito pouco, ou mesmo nada, dessa experiência.*” (DAVIDSON, BASIL. 1999, p. 158). E as contingências históricas do continente situariam o problema num contexto extremamente complicado, com fissuras de muitas ordens incidindo sobre o processo. Compreendida como um pressuposto para pôr fim à exploração, a construção do Estado Nacional abrigava conteúdos sociais e foi assumida num cenário conturbado, cortado pela variedade étnica, pela pluralidade lingüística, pelas divergências históricas, pela diversidade de projetos e concepções políticas a serem incorporados na agenda em curso. O conceito de “comunidade imaginada” de que nos fala Anderson exigia um enorme esforço de representação ao mesmo tempo que se evidenciava a urgência de um discurso capaz de costurar minimamente as franjas desse tecido multifacetado que era a tônica de todos os territórios ocupados.

Em oposição à padronização ditada pela ordem colonial, a valorização dos elementos internos apresentava-se naturalmente como um fator de aglutinação. Ao mesmo tempo, era essencial investir na assimilação de códigos associados à modernidade, operação de grande complexidade em função da experiência efetiva dos territórios. Resultado, sem dúvida, da terrível interferência dos europeus em sua história, esses povos tiveram que formular a sua idéia de futuro amparados num instrumental forjado fora de seu mundo. A ruptura, ou apenas o desejo de romper com os valores da metrópole, acabava por exprimir a necessidade de um outro espelho onde mirar o próprio rosto. Ou seja, mostrava-se importante dialogar com outro universo cultural, e caberia à cultura brasileira a interlocução principal. Não se trata, evidentemente, de afirmar que o nosso repertório cultural alterou o quadro cultural nos países africanos, mas apenas de reconhecer que o diálogo que se estabeleceu dinamizaria as reflexões, animando, inclusive, as relações internas.

São muitas as vozes que nos confirmam a relevância desse diálogo. No caso de Angola, Antonio Jacinto e Luandino Vieira são dois dos escritores que serenamente reconhecem a literatura brasileira como uma das matrizes de sua formação. Sem reduzir a importância de outros repertórios como a literatura de reivindicação dos chamados afro-americanos e dos

neo-realistas portugueses, por exemplo, podemos verificar que a literatura brasileira é a mais frequentemente apontada por autores de países, épocas e tendências diferentes. Ao avaliar a produção da década de 50, Carlos Ervedosa em seu *Roteiro da Literatura Angolana*, não hesita em assinalar :

*“Desenvolvia-se um fenómeno literário original, no âmbito das literaturas de expressão portuguesa, activado por um conjunto de jovens talentosos e cultos espalhados por Luanda e pelos centros universitários de Lisboa e Coimbra.*

*Eles sabiam muito bem o que fora o movimento modernista brasileiro de 1922. Até eles havia chegado, nítido, o “grito do Ipiranga” das artes e letras brasileiras, e a lição dos seus escritores mais representativos, em especial de Jorge de Lima, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira, Lins do Rego e Jorge Amado, foi bem assimilada.”*

Também entre os escritores caboverdianos e o Brasil podemos observar sinais de uma notável ligação. As similitudes entre as paisagens, com destaque para a do Nordeste, e a força da mesclagem racial configuravam um panorama que animava as aproximações. Isso explica a ressonância, por exemplo, do poema “Pasárgada”, de Manuel Bandeira, transformado em verdadeira matriz poética no Arquipélago. Depoimentos de inúmeros escritores, como Osvaldo Alcântara, Manuel Lopes, Luís Romano, Orlanda Amarílis e Gabriel Mariano ratificam o fato. Vejamos o que diz este último :

*“(... ) os poetas caboverdeanos sempre estiveram a par dos movimentos poéticos e literários do Brasil : do Olavo Bilac, do baiano ... não é o Gregório de Matos, é o Castro Alves ...(...)*

*Estivemos sempre a par. Mas nessa altura, nos anos 40, 41, do Modernismo Brasileiro não tinha conhecimento. Só tive conhecimento do Modernismo aí a partir de 1947, pelo meu tio Baltasar que me deu os livros. Então comecei a conhecer o Mário de Andrade, o Manuel Bandeira, o Ribeiro Couto, o Jorge de Lima, o Frederico Schmidt, depois dele o Drummond, o Ledo Ivo, o Melo Neto e também a ficção em prosa. Em 1947 comecei a conhecer os contos admiráveis do Marques Rebelo (...) Bom, o Jorge Amado em 48. O primeiro livro que li do Jorge Amado foi Terras do Sem Fim ... Aquela passagem “Eram três marias numa casa de putas pobres”. Nessa altura eu tinha ... 20 anos, foi quando conheci o Jorge Amado e o modernismo brasileiro.*

.....  
*(...) Foi um alumbramento porque eu lia um Jorge Amado e estava a ver Cabo Verde. De Jorge Amado, o Quincas Berro d’Água, quando eu o li pela primeira vez, a personagem, as características psicológicas da personagem, a reacção das pessoas, quando souberam da morte de Quincas Berro d’Água, eu li isso tudo e eu estava a ver a Ilha de São Vicente, Cabo Verde ... Estava a ver a Rua de Passá Sabe ...” (p. 331-2)*

Para além do Atlântico, ainda que tivessem sido menos intensas as trocas, a aproximação mostrava seus sinais: aos escritores moçambicanos também chegavam os ecos de uma

sociedade mitologicamente construída sobre a mesclagem de raças. Sob o peso de uma segregação muito mais pesada que a existente em Luanda, a senhorial Lourenço Marques abrigava um bairro singular na mistura de etnias, religiões, raças e tradições culturais. A lendária Mafalala, localizada na fronteira com a cidade de cimento, constituía uma espécie de local mítico onde a diversidade e a tolerância davam o tom. Por essa capacidade de juntar diferenças numa convivência pacífica, o bairro foi sempre associado ao Brasil. Viveiro de músicos, poetas e jogadores de futebol, também era conhecido como bairro de mulatos, embora ali vivesse gente variada e predominasse a religião muçulmana. José Craveirinha, uma de suas vozes mais sonantes, é categórico ao afirmar :

*“Eu devia ter nascido no Brasil. Porque o Brasil teve uma influência muito grande na população suburbana daqui (...) desde o futebol. Eu joguei a bola com jogadores brasileiros, como, por exemplo, o Fausto, o Leônidas da Silva, inventor da bicicleta. (...) Nós, na escola, éramos obrigados a passar por um João de Deus, um Dinis, os clássicos de lá. Mas chegados a uma certa altura, nós nos libertávamos. Enveredávamos por uma literatura errada : Graciliano Ramos... Então vinha a nossa escolha; pendíamos desde o Alencar. Toda a nossa literatura passou a ser um reflexo da Literatura Brasileira. Então, quando chegou o Jorge Amado, estávamos em casa. Jorge Amado marcou-nos muito por causa daquela maneira de expor as histórias. E muitas situações existiam aqui. Ele tinha aqui um público.”*

As palavras do Craveirinha, numa outra chave, corroboram o peso dessa ligação expressa com ênfase no desabafo amoroso que recheia os textos de Lara Filho. Naquela mesma crônica, ao assumir apaixonadamente a identificação, o angolano vai arregimentando pontos diversos de uma admiração profunda, o que o faz juntar o famoso Didi “chutando folhas secas” ao itinerário de “Pasárgada” , de Manuel Bandeira. E o relato prossegue citando Millor Fernandes, Rachel de Queiroz, Nelson Rodrigues, Rubem Braga, David Nasser, todos desembarcando em Angola nas páginas do famoso *O Cruzeiro*. Todos convertendo-se em ícones de um repertório que iria atuar na formação da resistência e da busca de uma identidade que escapasse às linhas propostas pela cultura lusitana.

As letras de um lado e o esporte de outro compunham um quadro de referências de grande utilidade para a configuração de uma identidade já encaminhada para a ruptura com os padrões em vigor. Essa projeção seria ainda alimentada pela música. Isso significa que o repertório atingia os diferentes estratos sociais, penetrando de forma abrangente no imaginário de significativas parcelas da população urbana ou periurbana desses territórios. Assim tão amplo, o conjunto de imagens acabava por se caracterizar pela versatilidade. Eram muitos os “brasis” que chegavam. E com eles chegavam recortes utópicos que funcionavam como elementos dinamizadores de uma já firme aposta na transformação. Em entrevista a Michel Laban, Calane da Silva, também de Moçambique, oferece outras pistas que vêm confirmar a pertinência do tema. Escritor de uma outra geração, formado na agitação dos anos 60, também habitante de zonas periféricas de Maputo, ele argumenta :

*“O Brasil funcionou de uma maneira muito interessante. Havia, da parte do próprio governo português, uma maneira de amolecer um pouco os nossos corações : pondo música brasileira. Eu, uma vez, dei uma explicação interessante : nós, negros e mestiços, rejeitávamos a totalidade da cultura portuguesa - no sentido de que ela queria impor o fado na cabeça (...) Por outro lado, não nos deixavam esgrimir publicamente as culturas de que nós éramos originários, sejam elas macuas ou rongas (...) E então*

*parece-me que a cultura e a música entevam aqui perfeitamente. Portanto, davam uma no cravo e outra na ferradura, encaixavam-se perfeitamente a esta miscigenação. Ia aliviando as tensões.” (p.773)*

A expressão “dar no cravo e na ferradura” parece-nos verdadeiramente muito adequada para ilustrar o papel que o Brasil, mesmo se involuntariamente, desempenhou no espaço da colonização portuguesa na África. Uma relação dialética se atualizou, uma vez que tanto a metrópole quanto os que a ela se opunham viam no Brasil uma fonte de inspiração para os seus argumentos e expectativas. Portugal, com amparo nas formulações de Gilberto Freyre, sempre simpático à colonização lusitana, vendia a hipotética “harmonia racial” como resultado de sua especial vocação para lidar com outros povos, qualidade que não reconhecia entre franceses e ingleses, por exemplo. Os nacionalistas, naturalmente, apostavam na independência como um pressuposto para realizar a utopia que o Brasil parecia representar. Os mais críticos incorporavam a concepção de literatura de denúncia que, sobretudo, o chamado romance de 30 praticava. Atraía-os a possibilidade de transformar em personagem os seres socialmente excluídos, os negros e mulatos marginalizados pelo código colonial. Convertê-los em protagonistas de mudanças, em contraposição ao lugar de mero elemento do cenário que lhes era reservado na literatura colonial, era um modo de defender a sua humanidade.

Com a perspectiva que o afastamento temporal propicia, podemos retocar a interpretação de Calane da Silva, pois, mais do que como uma força de relaxamento, a ressonância da cultura brasileira disseminou energia para a ruptura protagonizada pelos nacionalistas africanos. No campo da literatura, talvez seja mais correto dizer que as opções em curso na produção de nossos escritores viriam confirmar algumas aspirações já presentes entre os escritores de Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau. O nosso “grito do Ipiranga, como se refere Carlos Ervedosa, chegava a esses territórios como uma força legitimadora da identificação da atividade literária com o destino da gente mais oprimida. Era esse um dos sentidos da autonomia desejada, o que colocava em foco o sério problema do tratamento da língua a ser usada na expressão de seu mundo.

A leitura das obras desde os fins dos anos 40 comprova a afinidade das escolhas. A valorização do registro popular em detrimento do respeito à gramática da norma culta, um dos tópicos defendidos pelos modernistas, definiu-se como uma boa solução ao impasse gerado pela situação lingüística, pois se a expressão em língua portuguesa colidia com a busca de valores refratários à cultura imposta pela colonização, por outro lado, por outras razões, o recurso às línguas nacionais mostrava-se inviável. A apropriação da língua, aproximando-a da “*língua errada do povo / língua certa do povo*”, nos famosos versos de Bandeira, adequava-se ao sentimento experimentado pelos escritores africanos.

Voltando à discussão sobre as questões que envolvem o tema da identidade, vamos encontrar, entre os mais representativos pensadores, a convicção de que, sobretudo entre os povos vitimados pela empresa colonial, a sua construção é um processo em curso. Nesse itinerário, os efeitos dos gestos práticos interagem com os de cariz simbólico, o que significa que ao teatro do real associam-se as voltas do imaginário, espaço importantíssimo na relação entre o colonizador e o colonizado. Precisamente nesse espaço, o Brasil como representação projetou-se de maneira extraordinária. E, felizmente, inclusive para nossa auto-estima, contrariando a perspectiva da metrópole, dentre os vários “brasis” que lá iam desembarcando, os escritores africanos souberam catalisar numa chave progressista as imagens que convidavam à mudança. E o seu impulso para a transformação permite, inclusive, compreender como a nossa realidade - povoada pelas

injustiças e pelos preconceitos que conhecemos – acabou por se converter num vetor de mobilização para a consecução de um projeto conduzido pelo sentido da liberdade e outras utopias.

**Bibliografia:**

CHAVES, RITA E THOMAZ, OMAR RIBEIRO. “Mafalala, a terra de outros mulatos.” In : *Boletim da Associação Brasileira de Antropologia*. São Paulo, ABA, 1998.

DAVIDSON, BASIL. *O fardo do homem negro*. Lisboa / Luanda, Campo das Letras / Chá de Caxinde, 2000.

GURÁN, MILTON. *Os agudás - os brasileiros do Benin*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

LABAN, MICHEL. *Encontro com escritores - Cabo Verde*. Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida.

\_\_\_\_\_. *Encontro com escritores. Moçambique*. Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida.

LARA FILHO, ERNESTO. *Crónicas da roda gigante*. Lisboa, Afrontamento, 1990.

PEIXOTO, FERNANDA. *Diálogos brasileiros - uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo, EDUSP, 2000.